

ACESSIBILIDADE AOS CLUBES SOCIORRECREATIVOS DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL – PARANÁ

JORGE FERNANDO DA ROSA OLIVEIRA

LUÍS CARLOS ANDRES

MATHEUS GRAEFF

HANI ZEHD AMINE AWAD

Faculdade Assis Gurgacz – FAG – Cascavel – Paraná – Brasil

hani@hani.com.br

RESUMO

Este estudo objetivou identificar se os principais clubes sociorrecreativos do município de Cascavel – PR apresentam acessibilidade, em suas estruturas, para as pessoas com deficiência física (cadeirantes). O estudo caracteriza-se como pesquisa descritiva de campo. Os dados foram coletados por meio de visita técnica realizada pelos pesquisadores juntamente com uma pessoa com deficiência física (cadeirante) para apontar as dificuldades encontradas no ambiente. Foi utilizada uma ficha de observação para relatar as limitações encontradas pelo deficiente físico durante o procedimento de visita aos clubes pesquisados. Com a investigação, foi possível constatar que o clube necessita de diversas adequações estruturais para poder receber as pessoas com deficiência física (cadeirantes), tendo em vista que grande parte do clube não oferece condições de acessibilidade para permitir que uma pessoa com deficiência física (cadeirante) possa transitar com autonomia e desfrutar dos benefícios e das infraestruturas oferecidas aos seus associados nos momentos de lazer.

PALAVRAS-CHAVE: clubes sociorrecreativos, deficiência física cadeirante, lazer.

INTRODUÇÃO

Este estudo objetiva identificar se os principais clubes sociorrecreativos do município de Cascavel – Paraná apresentam acessibilidade em suas estruturas para as pessoas com deficiência física (cadeirantes).

Nesse sentido, buscou-se averiguar se os clubes estão adequados conforme as normas da NBR/90 (2003/2004), que faz menções sobre a correta estruturação das construções arquitetônicas, sejam elas em clubes, hotéis, escolas, entre outros, que devem estar aptos para receber pessoas com deficiência física (cadeirantes).

Desde o ano de 2004 foi elaborado um manual para acessibilidade a edificações, a mobiliários, a espaços e a equipamentos urbanos, que tem o intuito de estabelecer critérios e parâmetros que regulamentam as edificações e os espaços urbanos acerca das condições de acessibilidade. O referido manual foi criado a partir do edital nº 09, de 30 de setembro de 2003, com o número de Projeto NBR 9050 que substituiu a Norma da ABNT NBR 9050 (1994).

De acordo com Amiralian *et al* (2000), a Organização Mundial de Saúde (OMS), em sua mais recente classificação, passa a utilizar o termo “restrição” para indicar o grau de dificuldade que uma pessoa possui ao realizar uma atividade. Essa restrição pode, ou não, ter origem de uma deficiência, ampliando, dessa forma, o número de indivíduos que permanentemente, ou temporariamente, apresentam limitações.

Com tal definição pode-se afirmar que a pessoa considerada com deficiência necessita de fatores especiais pelos quais elas possam se encaixar no meio social em que vivem e, para tanto, precisamos nos adequar a tais necessidades, habilitando e moldando as obras arquitetônicas, sejam elas clubes, prédios, casas, entre outras, para que o deficiente não se sinta segregado do ambiente, podendo, assim, desfrutar dos seus direitos.

Conforme Dischinger e Bins Ely (2006), as deficiências, as características do meio ambiente e as restrições estão diretamente relacionadas. Isto significa que a presença de uma deficiência implica a existência de determinados níveis de limitações para realização de atividades. No entanto, o grau de dificuldade pode ser minimizado por meio de soluções acessíveis e da presença de equipamentos de tecnologia assistiva, da mesma forma que pode ser agravado pelas características ambientais.

As condições de acessibilidade são de fundamental importância para pessoas que possuam algum tipo de deficiência física, especialmente os “cadeirantes”, uma vez que necessitam de rampas, de estacionamento prioritário, de portas mais amplas, de banheiros adaptados para que possam se locomover com maior autonomia e usufruir o direito de ir e vir, beneficiando o seu acesso para o seu espaço de trabalho, de estudo e de lazer.

Segundo Sbardelotto (2010), atualmente as pessoas com deficiência não estão mais isoladas do mundo, ou aceitando a desigualdade social, elas estão buscando a igualdade, o que é um direito de todos. Estão procurando academias, clubes, parques, praças de lazer com o intuito de encontrar locais habilitados que ofereçam acessibilidade e profissionais capacitados para recebê-los e para propiciarem uma melhora na qualidade de vida por meio de esportes e de lazer.

De acordo com Amiralian *et al* (2000), uma pessoa paraplégica, em cadeira de rodas, possui uma deficiência físico-motora, resultado de uma disfunção fisiológica. Em consequência, sofre restrições diversas, como a incapacidade de subir escadas, de alcançar objetos muito altos e de se deslocar em pisos irregulares e desnivelados. No entanto, uma pessoa que teve seus membros inferiores traumatizados e encontra-se em uma cadeira de rodas temporariamente, também apresenta restrições para realizar atividades, como deslocar-se.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 45,6 milhões de brasileiros declararam ter alguma deficiência, de acordo com dados do Censo Demográfico de 2010. O número representa 23,9% da população do país. A deficiência motora apareceu como a segunda mais relatada pela população, sendo que mais de 13,2 milhões de pessoas afirmaram ter algum grau de problema, o que equivale a 7% dos brasileiros. A deficiência motora severa foi declarada por mais de 4,4 milhões de pessoas. Dessas, mais de 734,4 mil disseram não conseguir caminhar, ou subir escadas, de modo algum e mais de 3,6 milhões informaram ter grande dificuldade de locomoção.

Em relação ao que os referidos autores afirmam, observa-se que a deficiência tem tido um tratamento diferenciado nos últimos anos, dado o fato que essas pessoas não estão totalmente desconectadas do mundo, estão interagindo mais e sendo atuantes, seja por benefícios ou por outros paradigmas que foram quebrados. Isso só vem a corroborar com a assertivo de que eles têm, realmente, conquistado seus espaços e comprovado que as limitações existentes não independem de levar uma vida normal dentro das suas limitações.

Com essas afirmações tem-se notado o valor das pessoas com necessidades especiais. Assim, segundo Sbardelotto (2010), o que se têm observado nos últimos tempos é que pessoas deficientes, ou com algum tipo de necessidade especial, buscam a interação com as pessoas que não apresentam limitação, seja física, intelectual, entre outras, encontrando, nesse sentido, uma vida melhor e mais ativa por meio da integração em clubes, em academias e em locais de maior envolvimento social.

A respeito da acessibilidade, ressalta-se que ela é compreendida como as possibilidades e as condições de alcance, de percepção e de entendimento para a utilização, com segurança e autonomia, de edificações, de espaços, de mobiliário, de equipamentos urbanos e de elementos.

A acessibilidade é um direito de todos e devemos nos sentir incomodados, até mesmo impedidos de agir quando, por exemplo, não alcançamos um produto na prateleira de um supermercado, seja porque estamos em pé diante dela ou até mesmo sentados.

Sabe-se que, na atualidade, é necessária a adequação das obras arquitetônicas para melhor atender às pessoas com necessidades especiais cadeirantes e oferecer a elas o conforto necessário para que possam desfrutar do seu direito de ir e vir.

Para Dischinger e Bins Ely (2006), a acessibilidade não está apenas ligada a fatores físico-espaciais, mas também a aspectos políticos, sociais e culturais, que influenciam na realização das atividades desejadas. Para fins de identificação de locais prioritários para deficientes físicos e acessibilidade, foi criado um símbolo internacional.

O SAI (Símbolo Internacional de Acesso) foi adotado em 1969, durante um congresso realizado pela Comissão Internacional sobre Tecnologia e Acessibilidade (ICTA), comitê de *Rehabilitation Internacional* que possui o status de órgão consultivo da Organização das Nações Unidas (ONU). O desenho foi um trabalho da dinamarquesa Susanne Koefoed, em 1968, sendo amplamente utilizado para identificar edifícios, logradouros e instalações que não possuem barreiras arquitetônicas, ou seja, obstáculos físicos (degraus, piso desnivelado, porta estreita, placas, buracos, etc.) que impeçam a locomoção e o acesso de pessoas com dificuldades motoras, idosos, obesos, gestantes, enfim, todas as pessoas que se locomovem com alguma dificuldade, temporária ou permanente, nos locais de uso comum, fazendo valer o seu direito de ir e vir (CBC-CLUBES, 2012).

Conforme mencionado, o SAI é utilizado desde 1969 e, até hoje, é a marca registrada da acessibilidade mundial, tendo em vista que identifica a prioridade de acesso para locomoção das pessoas que, por algum motivo, não conseguem total ingresso devido à atual condição.

De acordo com Marcelino,

a gestação do lazer, como esfera própria e concreta, dá-se, paradoxalmente, a partir da Revolução Industrial, com os avanços tecnológicos que acentuam a divisão do trabalho e a alienação do homem do seu processo e do seu produto. O lazer é resultado dessa nova situação histórica – o processo tecnológico, que permitiu maior produtividade com menos tempo de trabalho. Neste aspecto surgem como resposta as reivindicações sociais pela distribuição do tempo liberado do trabalho, ainda que, num primeiro momento, essa partilha fosse encarada apenas como descanso, ou seja, recuperação da força de trabalho (MARCELINO, 1983, p. 14).

De acordo com Awad (2011), o lazer deve acontecer enquanto fruto de uma atitude individual, em que a pessoa deve ter a liberdade para escolher as diferentes atividades de maneira crítica e criativa, dentro do seu tempo liberado, e que essas não estejam motivadas por comprometimentos sociais, econômicos, políticos e ideológicos.

Em relação aos apontamentos dos autores supracitados, pode-se afirmar que lazer é o tempo que dispomos livre de obrigações cotidianas e que podemos nos dedicar a fazer atividades, sejam elas sociais, motivacionais, livres e independentes de quaisquer motivos, optando pela sua realização de forma individual e particular.

De acordo com Magnani (1982), o assunto lazer não é, em geral, associado a objetivos sérios e a assuntos importantes, e menos ainda quando se trata de deficientes. Por meio do lazer pode-se apreciar mais a fundo a cultura, os costumes e as necessidades de determinadas populações, sobretudo quando se torna plausível vivenciá-las ao lado do grupo estudado.

Pouco discute-se sobre lazer e acessibilidade, ou lazer voltado a pessoas com deficiência. Até mesmo o próprio termo lazer é divergido de suas características, uma vez que há autores que discordam e outros que concordam sobre seu real objetivo. Ainda em relação com à acessibilidade os estudos distanciam-se mais, tanto é que discute-se mais sobre a acessibilidade voltada à educação inclusiva e a relações médicas.

Segundo Silva (2007), os clubes sociorrecreativos se constituem como amostra de uma característica específica da sociedade brasileira, a privatização de espaços no formato de

condomínios, como uma opção para as vivências divertidas no tempo livre. Apesar de qualidades semelhantes quanto à formação, a objetivos e à estrutura administrativa, cada associação reserva peculiaridades que se formam a partir das tensões e dos conflitos vividos nesse cenário.

Neste estudo, os aspectos de inclusão abordados dizem respeito à questão arquitetônica, ou seja, aos fatores relacionados às condições de acessibilidade espacial aos cadeirantes.

No presente trabalho averiguamos se o clube sociorrecreativo observado encontra-se, ou não, adequado, comparado ao que o clube apresenta com as normas da NBR/90, que exigem para suas reformas ou construções arquitetônicas. Assim, analisamos e discutimos as diferenças ou igualdades impostas nas normas.

Nesse sentido, surge o interesse em identificar se os principais clubes sociorrecreativos do município de Cascavel – PR apresentam acessibilidades em suas estruturas para as pessoas com deficiência física (cadeirantes).

MATERIAS E MÉTODOS

Este estudo pode ser caracterizado como pesquisa de campo de caráter descritivo, realizado em um clube sociorrecreativo da cidade de Cascavel – PR.

O estudo foi concretizado de acordo com a resolução 196/96 que regulamenta a pesquisa envolvendo seres humanos.

Antes de iniciar a pesquisa, o projeto de pesquisa e os termos de consentimento livre e esclarecido foram encaminhados ao Comitê de Ética da Faculdade Assis Gurgacz.

Com o parecer de aceite 234/2012 do Comitê de Ética, iniciou-se a pesquisa de campo, coletando os dados previstos na amostragem.

Este estudo, inicialmente, iria contar com amostra de três clubes sociorrecreativos do Município de Cascavel – Paraná, contudo, dois deles acabaram desistindo na realização da pesquisa, dessa forma, apresentamos as condições de acessibilidade de apenas um deles.

Os dados foram coletados por meio de visita técnica realizada pelos pesquisadores juntamente com uma pessoa com deficiência física (cadeirante) que transitou por toda a estrutura do clube para apontar as dificuldades arquitetônicas encontradas ao longo do ambiente físico e as suas particularidades arquitetônicas, como, por exemplo, recepção, banheiros, academia, sauna, salão de festas, estacionamento, campos de futebol, quadras de tênis, quiosques, entre outras.

Foi utilizada uma ficha de observação para relatar as limitações encontradas pelo deficiente físico durante o procedimento de visita ao clube pesquisado, utilizou-se, ainda, fita métrica da marca 3m para fazer a medição de determinadas estruturas físicas e uma câmera digital, da marca Sony Carl Zeiss Optical 4x de 12.1 mega pixels, para registro fotográfico.

O clube estudado do Município de Cascavel – Paraná foi fundado em 1963 e tem por finalidade proporcionar aos seus associados a educação física e o esporte amador, bem como realizar atividades de caráter social, recreativo, cultural e cívico por meio de sistema que estimule o espírito de compreensão e de companheirismo entre seus associados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção, apresenta-se o resultado dos dados coletados na intencionalidade de identificar se os principais clubes sociorrecreativos de lazer do município de Cascavel – PR apresentam acessibilidade em suas estruturas para as pessoas com necessidade física (cadeirantes) de acordo com as normas da NBR/90 de 2003/2004, que menciona a correta estruturação das construções arquitetônicas para a acessibilidade de pessoas com necessidades especiais.

Para averiguar as condições de acessibilidade do clube sociorrecreativo de Cascavel - PR foi convidado uma pessoa com necessidades especiais (cadeirante) para transitar por toda estrutura do clube e narrar as dificuldades encontradas.

A respeito das condições de acessibilidade do clube estudado, notou-se os seguintes aspectos em sua totalidade de estrutura:

Para chegar ao clube, o cadeirante tem duas opções de meios de transporte: com automóvel ou com transporte coletivo. No caso de chegar de automóvel, o clube possui estacionamento próprio, porém, não foram constatadas vagas demarcadas para deficientes físicos ou mesmo para embarque e desembarque. Se o cadeirante se dirigir ao clube por meio do transporte coletivo, o desembarque mais próximo fica localizado a duas quadras do clube, então, o cadeirante encontrará dificuldade para transitar nas calçadas por essas não estarem em boas condições de conservação e não possuírem guias rebaixadas. As calçadas e guias rebaixadas referem-se às rampas construídas ou instaladas no passeio, destinadas a promover a concordância de nível entre o passeio e o leito carroçável.

No hall de entrada, o cadeirante encontrou dificuldade para chegar até o balcão da secretaria, pois não há rebaixamento de guia aos acessos, fazendo com que ele precisasse de ajuda para ter acesso à secretaria. No local foi averiguado um degrau de 6 cm, o que dificultou a entrada, a solução para o problema seria o rebaixamento de guia de até 8,33% com largura mínima de 1,20 m, ou construção de uma rampa que, no caso de degrau até 7,5 cm, deve ser multiplicada por 8, sendo assim, $8 \times 6 \text{ cm} = 48 \text{ cm}$. Então, a rampa deverá ter um comprimento de 48 cm, o que possibilitaria ao cadeirante total acesso aos serviços da secretaria.

A entrada para a secretaria possui duas portas, as quais também apresentaram dificuldades pelo cadeirante no que tange à entrada, tendo em vista que há um degrau de 5 cm na porta principal, foi preciso ajudar o cadeirante a chegar até a secretaria. Nesse caso, a solução seria o rebaixamento do piso ou a construção de uma rampa que deverá ter $8 \times 5 \text{ cm} = 40 \text{ cm}$ de comprimento.

Ao adentrar a secretaria, o cadeirante dirigiu-se ao balcão e verificaram-se dificuldades de diálogo com a atendente, pois o balcão possui altura de 1,30 m, sendo que o ideal seria de até 90 cm de altura e de 90 cm de comprimento.

Saindo da secretaria, o cadeirante passou, sem dificuldades, ao lado da roleta em um acesso lateral com largura de 1 m, em que o mínimo é de 80cm, seguiu até a porta do acesso ao clube com largura de 4,80 m, em que o mínimo é de 1,50 m para circulação de duas cadeiras de rodas ou uma cadeira de rodas e uma pessoa.

Em seguida, desceu uma rampa de 10 m sem dificuldades, pois o desnível é de 50 cm que atende às especificações da ABNT que recomenda que, até 80 cm deve-se multiplicar por 12, sendo assim, $12 \times 0,50 \text{ m} = 6 \text{ m}$ de comprimento. Entretanto, identificou-se a falta de corrimão nas laterais da rampa de acesso e, ao final dela, não existe a guia rebaixada para acesso às quadras poliesportivas, ao salão de festas e à piscina, porém, a rampa permite acesso ao restaurante.

No restaurante foi constatado um degrau com 8 cm de altura nas 03 portas, em que poderia existir um desnível, ou uma rampa de acesso, como, nesse caso, passa de 7,5 cm deve-se calcular até 20 cm, que é multiplicado por 10 cm, então $10 \times 8 \text{ cm} = 80 \text{ cm}$ de comprimento para a construção de uma rampa que dará acesso ao cadeirante no restaurante. Com relação aos banheiros, a entrada do cadeirante ocorreu sem problemas, mas não encontramos um sanitário exclusivo para uso do cadeirante e nem espelho inclinado, apesar de a altura da pia ser de 80 cm atendendo, portanto, os requisitos mínimos.

Voltando à rampa de acesso para as quadras poliesportivas do clube, como não há uma guia rebaixada ao final da rampa, o cadeirante necessita de ajuda para descer, porém, após a ajuda, ele pode circular livremente pelo clube e assistir a jogos nos campos de futebol e nas quadras de voleibol e de basquetebol que ficam uma ao lado da outra, uma vez que há um corredor de acesso de 3,5 m.

Entre as quadras poliesportivas, há o acesso para o parque tenístico que somente possui escadaria com uma altura de 1,45 m. Para ter total acesso, no local poderia ter uma rampa, para tanto, deve-se multiplicar a altura das escadas, que é de 1,45 m por 20 m, que é a recomendação para os casos de desnível (seja para escada ou rampa) de até 1,5 m. No acesso deveria ter uma rampa de $20 \times 1,45 \text{ m} = 29 \text{ m}$ de comprimento para que o cadeirante tivesse a possibilidade de transitar até o parque tenístico.

No salão de festas do clube a entrada principal é por meio de escadarias, porém, o clube tem um acesso secundário lateral, em que o cadeirante não teve dificuldades em adentrar ao salão, pois encontrou uma guia rebaixada. Contudo, a guia não atende às normas com, no mínimo, 1,20 m de comprimento, mas o cadeirante conseguiu transitar até o acesso lateral, tendo em vista que a porta desse acesso mede 2,5 m, sendo, assim, acessível ao cadeirante.

Quanto ao banheiro do salão de festas, esse não possui um sanitário exclusivo para deficientes físicos, e em todo clube é padrão os banheiros terem portas medindo 65 cm de largura, e os espelhos não são inclinados. Para adequação, deverá ter um banheiro unissex para deficientes físicos com porta de, no mínimo, 80 cm de largura e abrir para fora, além de espelhos inclinados.

Já na entrada para as piscinas, não foi possível adentrar pelo fato de haver duas escadas totalizando uma altura de 60 cm. Para adequar-se, no local deverá ser construída uma rampa lateral, sendo que é necessário que a multiplicação seja feita por 12. Então, para solucionar esse problema, $12 \times 0,60 \text{ m} = 7,2 \text{ m}$ de extensão. Como o acesso é lateral ao salão de festas, poderá ser feito ao lado da parede do salão e, ao chegar à entrada da piscina, deve-se ter um patamar plano (entendido como espaço plano no alto de uma escada ou rampa, que serve como descanso) de $1,20 \times 1,20 \text{ m}$. Não foi possível averiguar os vestiários, os banheiros e as demais estruturas na área da piscina, pois no ato da visita o clube encontrava-se em manutenção, não tendo acesso a esses ambientes.

Seguindo para a academia, o cadeirante não tem acesso pelo fato de existir escadas com 33 cm em cada degrau. Se houvesse um acesso direto do estacionamento não ocorreria esse problema, pois o estacionamento e a academia estão no mesmo nível, e a porta de acesso à academia está direcionada em frente às quadras poliesportivas, em que poderia ser construída uma rampa de acesso. A academia possui banheiros com as portas medindo 80 cm, as quais abrem para o lado de fora.

Para que um cadeirante utilize a sauna do clube que fica ao lado do restaurante, o único empecilho encontrado é um degrau na entrada de acesso que tem 10 cm de altura, sendo que, para resolver esse caso, deve-se fazer um rebaixamento no degrau ou construir uma rampa de 60 cm de comprimento; a porta mede 80 cm de largura e o cadeirante não encontrou dificuldades para circular pela sauna.

Ao final das quadras poliesportivas encontra-se o ginásio de peteca do clube, onde existem dois portões de acesso que medem 3,10 m de largura e outro que mede 80 cm, porém, foram encontrados dois degraus de 33 cm que não possibilitam o acesso de um cadeirante. Para que seja solucionado o problema, deve-se construir uma rampa, já que a altura totaliza 66 cm, multiplicando por 12, logo, a rampa deve medir $12 \times 0,66 \text{ m} = 7,92 \text{ m}$ de extensão. Como a rampa acabaria adentrando na quadra poliesportiva, uma sugestão é fazer a rampa em uma das portas e ao lado das paredes do ginásio, ou a construção de uma rampa lateral de acesso.

Existe um acesso lateral para as quadras abertas de tênis do clube, esse acesso mede 1,15 m, porém, o cadeirante precisa de ajuda para circular pelo ambiente pelo fato de que a calçada não está conservada adequadamente. Foi constatado que existe a possibilidade de o cadeirante adentrar e, até mesmo, utilizar uma das quadras de tênis, onde a porta de acesso mede 90 cm e conta com uma rampa, o que facilita, portanto, a entrada de um cadeirante.

Pelo clube é possível encontrar algumas lixeiras espalhadas que medem 65 cm de altura, o que fez com que o cadeirante não encontrasse dificuldades para utilizá-las. A medida padrão para as lixeiras é de até 80 cm de altura.

Não foram encontrados bebedouros nem telefones públicos dentro do clube, com exceção na academia, onde existe um bebedouro, mas não adequado para a utilização de um cadeirante, pois a altura deve ser de, no máximo, 90 cm, deve-se ainda haver um espaço sob o mesmo de 73 cm de altura e de 30 cm de profundidade para entrada das pernas, o suporte de copos deve estar no máximo a 1,20 m de altura.

Pelo clube foram encontrados quatro quiosques para realização de churrasco, contudo, é inviável o acesso de pessoas com necessidades especiais (cadeirantes), pois o acesso ocorre apenas pelas escadas. Para solucionar, deverá ser construída uma rampa sinuosa (uma sequência de rampas).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acessibilidade nos clubes sociorrecreativos do Município de Cascavel – PR desencadeou o interesse para desenvolver esse estudo, em que buscou-se averiguar as dificuldades encontradas por uma pessoa com deficiência física (cadeirante) e as adequações que o clube precisa atender para facilitar o acesso de seus associados e visitantes com deficiência.

Com a investigação, foi possível constatar que o clube necessita de diversas adequações físicas para poder receber as pessoas com deficiência física (cadeirantes), já que grande parte do clube não oferece condições de acessibilidade para permitir que uma pessoa “cadeirante” ou que apresente limitação física temporária, possa transitar com autonomia e desfrutar dos benefícios e das infraestruturas oferecidas pelo clube aos seus associados em seu tempo de lazer.

Vale ressaltar que as dificuldades encontradas na estrutura arquitetônica do clube se deve principalmente por tratar-se de um clube construído há mais de 49 anos. Além disso, é recente o código, com as normas da ABNT, que estabelecem os padrões das construções civis, dentre elas, a acessibilidade. Não se pode afirmar que todos os clubes estejam fora dos padrões exigidos, pois a amostra ficou reduzida somente a um clube, devido a indeferimento da realização da pesquisa em outros clubes do município.

Acredita-se que o clube estudado pode fazer as adequações necessárias em sua estrutura para atender a todas as pessoas que frequentam e que usufruem das estruturas do clube, entre elas as pessoas com necessidades especiais (cadeirantes).

Finda-se este estudo afirmando que, os clubes anteriores ao ano de 2003, data em que foi criado o código de normas da ABNT, que normatiza e estabelece as regras nas construções civis, que não tenham realizado reformas em suas estruturas, certamente não estão adaptados a receber pessoas com necessidades especiais (cadeirantes) para participarem, de forma autônoma, da infraestrutura dos clubes, pois as limitações e as inadequações estruturais impedem de desfrutar do seu direito de transitar livremente e de usufruir direta, ou indiretamente, de todas as atividades oferecida pelo clube.

Sugere-se que sejam realizadas pesquisas em clubes sociorrecreativos do oeste do Paraná, hotéis de lazer e praças públicas para verificar se há acessibilidade em suas estruturas físicas.

REFERÊNCIAS

ABNT NBR 9050, Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT: 2004. p 02.

AMIRALIAN, M. L. T.; PINTO, E. B.; GHIRARDI, M. I.G.; LICHTIG, Ida; MASINI, E. F. S.; PASQUALIN, Luiz. **Conceituando deficiência**. Rev. Saúde Pública, vol.34. São Paulo, 2000.

AWAD, H. Z. A. **Brinque, jogue, cante e encante com a recreação**: conteúdos de aplicação pedagógicas teórico/prático. 3. ed. Várzea Paulista-SP: Fontoura, 2011.

AWAD, H. Z. A (org.). Educação física escolar: múltiplos caminhos. Jundiaí: Fontoura, 2010. *In*: SBARDELOTTO, D. A. **Educação física especial**: do não saber fazer, ao querer realizar.

DISCHINGER, M.; BINS ELY, V. H. M. **Promovendo acessibilidade nos edifícios públicos**: guia de avaliação e implementação de normas técnicas. Santa Catarina: Ministério Público do Estado, 2006.

MAGNANI, J. C. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARCELINO, N. C. **Lazer e humanização**. Campinas-SP: Papyrus, 1983.

SILVA, M. R. da. **Lazer nos clubes sociorrecreativos**. São Paulo: Factash, 2009.

Sites:

<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/04/239-dos-brasileiros-declaram-ter-alguma-deficiencia-diz-ibge.html> Acessado em 23 de abril de 2012.

Disponível em: <http://www.riglobal.org/>. Acesso em 29 de abril de 2012.

Disponível em <http://www.cbc-clubes.com.br/>. Acesso em 02 de junho de 2012.

Rua Jataí, 118 – Tropical
CEP: 88807-120 – Cascavel – PR
(45) 9965-5932
hani@hani.com.br

ACCESSIBILITY IN THE RECREATIONAL SPORTS CLUBS IN THE CITY OF CASCAVEL – PARANÁ

ABSTRACT

This study intend to identify if the main recreational sports clubs in the city of Cascavel – PR have accessibility to disabled people (wheelchair users) on their facilities. The study is a field descriptive research. The data was collected through a technical visit conducted by the researchers along with a physically disabled person (wheelchair user) to point out the difficulties found in the environment. An observation card was used to report the limitations found by the handicapped during the visit at the analyzed club. With the investigation, it was found that the club needs a lot of structural changes in order to receive people with physical disabilities. Given that, much of the clubs does not offer good access conditions to allow a person with physical disability (wheelchair user) to transit through the place with autonomy, hindering this person to enjoy the benefits and the infrastructure offered to the club members on the leisure time.

KEY WORDS: recreational sports clubs, physical disabilities (wheelchair users), leisure.

ACCESSIBILITÉ AUX PERSONNES DE MOBILITE REDUITE DANS LES CLUBS SOCIO-RECRÉATIFS DE LA VILLE DE CASCAVEL – PARANÁ

RÉSUMÉ

Cette étude visait à identifier si les principaux clubs socio-récréatifs de la ville de Cascavel - PR présentent une accessibilité pour les personnes handicapées (fauteuil roulant) dans leurs structures. Cette étude est caractérisée comme une recherche descriptive. Les informations ont été recueillies au travers d'une visite technique menée par les chercheurs avec une personne handicapée (fauteuil roulant) pour identifier les difficultés rencontrées dans l'environnement. Une carte d'observation a été utilisée pour signaler les limites rencontrées par les personnes handicapées au cours de la visite dans les clubs étudiés. Avec l'enquête, il a été constaté que le club a besoin des différents ajustements structurels afin de recevoir les personnes handicapées car une grande partie du club n'offre pas les conditions d'accès pour permettre à une personne handicapée de se déplacer de façon indépendante et de profiter des avantages et des infrastructures offertes aux membres en leur temps de loisir.

MOTS-CLÉS: clubs socio-récréatifs, handicap (fauteuil roulant), loisir.

ACESIBILIDAD A LOS CLUBES SOCIO RECREATIVOS DE LA CIUDAD DE CASCAVEL-PR.

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo identificar si los principales clubes socio recreativos en la ciudad de Cascavel – PR presentan característica de accesibilidad en sus estructuras para las personas con discapacidad física (silla de ruedas). El estudio se caracteriza como una investigación descriptiva. Los datos fueron recolectados a través de la visita técnica realizada por los investigadores junto con una persona con discapacidad física (silla de ruedas) para apuntar a las dificultades encontradas en el ambiente. Fue utilizada una tarjeta de observación para informar de las limitaciones que encuentran los discapacitados durante el procedimiento de visitas a los clubes estudiados. Con la investigación, fue posible constatar que el club necesita de diferentes ajustes estructurales, con el fin de recibir a las personas con discapacidades físicas (sillas de ruedas), porque gran parte del club no ofrece las condiciones de acceso para permitir que una persona con discapacidad física (silla de ruedas) transite de manera independiente y disfrute de los beneficios y la infraestructura que ofrece a sus miembros en su tiempo libre.

PALABRAS CLAVE: clubes socio recreativos, discapacidad física (silla de ruedas), momento de ocio.

ACESSIBILIDADE AOS CLUBES SOCIORRECREATIVOS DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL – PARANÁ

RESUMO

Este estudo objetivou identificar se os principais clubes sociorrecreativos do município de Cascavel – PR apresentam acessibilidade, em suas estruturas, para as pessoas com deficiência física (cadeirantes). O estudo caracteriza-se como pesquisa descritiva de campo. Os dados foram coletados por meio de visita técnica realizada pelos pesquisadores juntamente com uma pessoa com deficiência física (cadeirante) para apontar as dificuldades encontradas no ambiente. Foi utilizada uma ficha de observação para relatar as limitações encontradas pelo deficiente físico durante o procedimento de visita aos clubes pesquisados. Com a investigação, foi possível constatar que o clube necessita de diversas adequações estruturais para poder receber as pessoas com deficiência física (cadeirantes), tendo em vista que grande parte do clube não oferece condições de acessibilidade para permitir que uma pessoa com deficiência física (cadeirante) possa transitar com autonomia e desfrutar dos benefícios e das infraestruturas oferecidas aos seus associados nos momentos de lazer.

PALAVRAS-CHAVE: clubes sociorrecreativos, deficiência física cadeirante, lazer.